

XVIII  **AÇORES**
CONGRESSO
REGIONAL

27, 28 e 29 de maio
HORTA

UM COMBATE PELO
FUTURO DOS AÇORES!
SUSTENTABILIDADE E COESÃO
Moção de Orientação Estratégica

1º subscritor:
Vasco Cordeiro

INTRODUÇÃO

Esta é a Moção de Orientação Estratégica que submeto ao XVIII Congresso Regional do PS/Açores, sob o título “Um Combate pelo Futuro dos Açores! Sustentabilidade e Coesão”.

Diferenciando-se das anteriores três moções que tive a honra de submeter ao órgão máximo do PS/Açores, o que este documento propõe é elencar aqueles que são os grandes desafios com que a Região está confrontada no presente e no futuro, para, a partir daí, e no desenvolvimento da ação política do partido, construir as expressões concretas da forma como os ultrapassamos.

Há, como decorre do título da Moção, dois grandes desafios que identificamos neste momento como confrontando os Açores e a nossa Autonomia.

Um relativo à Sustentabilidade, o qual é declinável, desde logo, no plano financeiro, no plano demográfico, no plano do nosso desenvolvimento e no plano político.

Outro, que é o desafio da Coesão, tem assumido nos tempos mais recentes uma configuração mais desafiante, seja por circunstâncias objetivas, seja por decisões subjetivas tomadas pelo atual Governo Regional.

É, pois, dentro da orientação global que a Moção estabelece que se propõe que o PS/Açores desenvolva a sua atividade nos próximos dois anos, período que corresponde ao mandato dos órgãos regionais.

A concluir esta nota introdutória, uma referência à forma como esta Moção foi construída.

As ideias que a mesma contém foram maturadas ao longo do tempo, submetidas ao confronto com diferentes opiniões de camaradas de toda a Região, objeto de conversas aparentemente não relacionadas com ela, e, numa última fase, de contributos escritos.

A todos os que para ela contribuíram e a todos os que a subscrevem o meu agradecimento. Aos que contribuíram para a aperfeiçoar, aos que manifestaram concordâncias globais ou discordâncias de aspetos em particular, mas que, em qualquer caso, deram força, vontade e substância a esta proposta de caminho futuro do PS/Açores, em suma, a todos os que acreditaram e acreditam neste Combate pelo Futuro dos Açores, o meu reconhecimento.

Gostaria, a concluir de dirigir um agradecimento especial ao Berto Messias, coordenador da elaboração desta moção, pela sua disponibilidade para este combate e pelo contributo pronto, empenhado e decisivo na sua concretização.

Açores, maio de 2022

Vasco Cordeiro
1º subscritor

SUBSCRITORES:

Carlos César
Alexandre Pascoal
Ana Luísa Luis
Ana Brum
Andreia Cardoso
André Franqueira Rodrigues
André Gambão Rodrigues
Bárbara Chaves
Berto Messias
Carlos Silva
Célia Pereira
Cristina Calisto
Francisco César
Francisco Coelho
Hernâni Jorge
Isabel Rodrigues
Joana Pombo
João Bettencourt
João Castro
João Paulo Ávila
João Ponte
João Vasco Costa
José Ávila
José Carlos Mendes
José Contente
José Gabriel Eduardo
José San Bento
José Silva
José Toste
Lubélio Mendonça
Lúcio Rodrigues
Luis Furtado
Luis Leal
Luis Maciel
Manuel José Ramos
Mariana Matos

Marília Vargas
Mario Tomé
Marta Matos
Miguel Costa
Mónica Rocha
Nuno Miranda
Pedro Melo
Ricardo Rodrigues
Roberto Monteiro
Rogério Sousa
Rui Anjos
Rui Moreira
Sandra Faria
Sérgio Ávila
Tiago Branco
Wilson Gomes
Vitor Fraga

1. UM NOVO IMPULSO	4
2. UMA REGIÃO ABERTA, DINÂMICA E PROGRESSISTA	7
2.1 SUSTENTABILIDADE DA AUTONOMIA	8
2.1.1. Sustentabilidade Financeira	8
2.1.2. Sustentabilidade Demográfica	13
2.1.3. Sustentabilidade Política	16
2.1.4. Sustentabilidade do nosso Desenvolvimento	19
a) Preservação e Valorização do Capital Natural	19
b) Descarbonização e Transição Energética	20
c) Adaptação às Alterações Climáticas	22
d) Economia Circular	23
e) Transição Digital	24
f) Contratação Pública Sustentável	26
2.2 COESÃO REGIONAL	26
2.2.1. Coesão Económica	27
2.2.2. Coesão Social	29
2.2.3. Coesão Territorial	33
3. UM PARTIDO AO SERVIÇO DOS AÇORIANOS	35

1. UM NOVO IMPULSO

Após 24 anos sendo responsável pela governação dos Açores, o Partido Socialista encontra-se, desde 2020, e apesar de ter vencido as eleições legislativas regionais com mais de 40%, a liderar a oposição a um governo regional que, quer na sua génese, quer na sua atuação, se revela, não como um governo a favor dos Açores e dos Açorianos, mas sim como um governo de oposição ao PS/Açores.

Na sua génese, é um Governo de oposição ao PS/A porque, nem no programa de qualquer dos partidos políticos que agora o compõe ou o suporta, nem na fase de pré-campanha ou campanha eleitoral para as legislativas de 2020, surgiu um projeto político conjunto e de desenvolvimento alternativo ao protagonizado pelo PS/Açores, a não ser o desejo de afastá-lo da governação dos Açores.

Na sua atuação, aquilo a que, cada vez com maior visibilidade se vai manifestando, é uma sanha persecutória e claros saneamentos políticos de todos os que têm, ou tiveram, alguma coisa a ver com o PS/Açores.

O máximo denominador comum dos 5 partidos que compõem a atual maioria absoluta resume-se à vontade de afastar o PS/Açores da governação, e o mínimo denominador comum é terem sido derrotados pelo voto dos Açorianos.

Mas se é um facto que o PS/A foi o vencedor das eleições legislativas regionais de outubro de 2020, também é um facto que os Açorianos não escolheram o nosso partido de forma tão expressiva como já o haviam feito.

Não podemos, verdadeiramente, seguir em frente enquanto não analisarmos, dissecarmos e debatermos as suas causas e as suas soluções.

Também o XVIII Congresso Regional do PS/Açores constitui mais um momento, e, seguramente, o momento por excelência, para essa análise, dissecação e debate.

E se essa Moção Global de Estratégia pretende dar um contributo para esse debate, ela pretende, sobretudo, constituir uma resposta atual e proponente

para uma nova fase de intervenção e de atuação que o Partido Socialista e os Açores precisam com cada vez maior urgência.

Os resultados eleitorais de outubro de 2020 mostram que os Açorianos querem o Partido Socialista a governar os Açores.

Mas também mostram que os Açorianos querem um Partido Socialista que, na sua própria ação partidária e na ação governativa, seja capaz de mudar quem se deixou contaminar pela inércia e pelo imobilismo, sem vontade ou capacidade de fazer diferente e de fazer sempre melhor.

Os Açorianos querem um Partido Socialista com uma ação partidária que se baseie na consciência, cada vez mais clara, de que existe, não em função do Partido e dos seus dirigentes, mas sim em função dos Açores e dos Açorianos.

Os Açorianos querem um Partido Socialista com uma ação partidária que, desde o nível local ao nível regional, passando pelo nível de ilha, não exista e atue apenas quando solicitada, mas que seja proativa e liderante.

Em suma, uma ação partidária que vá à frente, que antecipe desafios e, em diálogo e proximidade, construa propostas e soluções para servir os Açores e os Açorianos.

Com uma ação partidária que, indo para além das fronteiras do Partido, seja mais proponente de soluções do que justificativa de decisões tomadas, seja mais liderante na construção do Futuro do que defensora do Passado.

Por outro lado, é, igualmente, evidente que os Açorianos querem um Partido Socialista com uma ação governativa capaz de promover mais diálogo e mais concertação com os parceiros económicos e sociais.

Com uma ação governativa em que os protagonistas políticos estão mais próximos das pessoas e das instituições e, já agora, mais próximos daquele trabalho a que atrás fizemos referência e que o Partido deve desenvolver.

Os Açorianos querem um Partido Socialista com uma ação partidária e com uma ação governativa que nunca hesite, nunca titubeie, que nunca se deixe condicionar com “ses” ou “mas” naqueles que são princípios fundamentais e

inegociáveis:

A liberdade individual; a dignidade da pessoa; a ética republicana; a separação entre Partido e Governo; a separação entre lealdade institucional e lealdades pessoais ou partidárias e a transparência, entre tantos outros.

É, assim, tempo de afirmar um novo impulso pelo Futuro dos Açores.

Porque esse novo impulso, não só nos distingue e diferencia da atual governação, mas também melhora e aperfeiçoa a nossa própria atuação.

Serenos com a avaliação que os Açorianos fazem das governações socialistas, renovados na nossa vontade de servir, e seguros da necessidade de melhoria e aprendizagem constantes, estamos prontos para apresentar um projeto político renovado e reforçado para servir os Açores e os Açorianos.

Temos hoje na Região um Governo Regional de direita sem liderança, sem rumo, incapaz de desenvolver um projeto político coerente e articulado para o futuro dos Açores.

A manta de retalhos que preside aos destinos dos Açores está entrincheirada na sua barricada de poder, esquecendo os Açorianos que aguardam soluções para os seus problemas, respostas para os desafios e caminhos para futuro! Temos um Governo Regional de direita que passa por cima dos problemas, como se não os estivesse a ver, que resolve tudo com meias palavras e inverdades, mas apregoa – aos sete ventos – a humildade, a transparência e a prudência.

Já todos percebemos que não passam de palavras ocas, sem sentido, que transfiguram a realidade nas suas cabeças e lhes dão o consolo dos desmemoriados, sustentados no poder para se servir, e não para servir os Açores. Com o tempo, mais se torna notório que o governo não governa, e que, quando a reboque vai decidindo, as suas resoluções são acessórias, casuísticas e bastas vezes pessoalistas.

Assim, os Açores perdem todos os dias novas oportunidades de desenvolvimento, seja por falta de uma liderança corajosa, seja por falta de preparação, conhecimento e competência, seja, ainda, pelo emaranhado de trapalhadas permanentes.

É mais o tempo despendido a resolver os problemas internos, gerados entre os parceiros formais e informais do que a encontrar soluções para os problemas concretos dos Açorianos.

Os Açorianos estão, assim, confrontados com uma maioria desregulada, disfuncional e incapaz.

Com base neste cenário, o PS/Açores afirma-se como protagonista de um novo impulso para o futuro dos Açores, com o entusiasmo e a capacidade necessárias para governar os Açores.

Hoje, as dinâmicas democráticas e a proliferação de novos projetos político-partidários mostram-nos que, tendo em conta as idiossincrasias do sistema político e eleitoral dos Açores, as maiorias absolutas monopartidárias são, cada vez mais, um anacronismo.

O Partido Socialista dos Açores não teme eleições porque não teme a Democracia, nem teme a voz do Povo.

Estamos prontos para assumir as responsabilidades políticas que o Povo Açoriano nos conferir, reafirmando a total disponibilidade para o diálogo com os partidos políticos democráticos, autonomistas e que perfilhem os valores da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da dignidade das pessoas, na garantia da estabilidade política necessária para enfrentar os grandes desafios que temos pela frente.

2. UMA REGIÃO ABERTA, DINÂMICA E PROGRESSISTA

O PS/Açores tem muito orgulho no projeto de desenvolvimento económico e social que implementou nos Açores enquanto teve responsabilidades governativas.

Fizemos muito e conseguimos muito.

Não fizemos sempre bem. Por vezes errámos e implementámos medidas que não resultaram da maneira como nós gostaríamos que tivessem resultado.

Mas o balanço global da nossa governação é amplamente positivo. Mas os tempos que vivemos são novos, os desafios são diferentes e mais exigentes.

Temos, assim, que estar preparados para enfrentar da melhor forma esses desafios.

Podemos reportar o conjunto desses desafios a dois grandes temas: Sustentabilidade da Autonomia (2.1.) e Coesão Regional (2.2).

2.1. SUSTENTABILIDADE DA AUTONOMIA

2.1.1. Sustentabilidade Financeira

A primeira componente dessa preocupação com a sustentabilidade da Autonomia centra-se, exatamente, na componente financeira.

Desde a instituição da Autonomia Regional, que a vertente do relacionamento financeiro, entre as Regiões Autónomas e a República constituiu uma preocupação constante.

A uma fase em que esse relacionamento se processou de forma casuística, em 1998, foi possível, com Governos da República e da Região do PS, aprovar a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a qual se assume, indiscutivelmente, como um dos pilares da Autonomia Regional.

O mérito da repartição de poderes e competências que essa lei operou ficou comprovado, não só na estabilidade que passou a nortear um relacionamento que, até aí, era, em grande medida, determinado por humores conjunturais, mas também pela forma responsável e equilibrada como se utilizaram os poderes atribuídos por essa lei.

Em bom rigor, o mérito da Lei de Finanças das Regiões Autónomas ficou, e está, demonstrado em variadíssimas circunstâncias, desde logo, na prova de fogo da saúde das finanças públicas regionais açorianas que constituiu o tempo de chumbo da troika em Portugal: a Região Autónoma dos Açores foi a única a estar dispensada de um qualquer programa de ajustamento financeiro.

E, neste contexto da sustentabilidade financeira, há ideias que, para o PS/A, não podem deixar de ser realçadas.

A primeira é a imprescindível consciência de que a Autonomia, ao implicar opções por parte dos órgãos de governo próprio, implica, igualmente, custos que só podem ser por ela suportados.

E se não houver disponibilidade para assumir esses custos, sobretudo em matérias que estão regionalizadas, ou se face aos custos das opções legitimamente tomadas, se enveredar pelo facilitismo de os tentar remeter para outros, isso terá consequências graves quanto ao nosso futuro e ao futuro da nossa Autonomia.

Por muito tentador que seja o canto da sereia, de serem outros a pagar o custo das nossas opções, esse é um caminho no qual, a médio e longo prazo, já não estará em causa um simples custo, mas a própria ideia, poder e capacidade da Autonomia.

Em nada isso se confunde com questões em que a solidariedade nacional e europeia pode e deve ser ativada, ou porque ainda foram devidamente assumidas, ou porque, face a circunstâncias excecionais, como calamidades, é natural que assim aconteça.

Serve isso para realçar e salientar a essencialidade da saúde e rigorosa gestão das finanças públicas regionais, não só como valor em si mesmo, mas como condição para um exercício cabal e livre da Autonomia regional, bem como para a sua credibilidade.

Isto leva-nos, diretamente, a uma segunda ideia que tem a ver com os poderes e a atuação da Região quanto à fiscalidade.

O atual Governo Regional, bem como a maioria que o suporta, têm instrumen-

talizado esta questão na tentativa de criar a ideia de que o PS/A é contra as descidas de impostos em geral.

Interessa, porventura, pela relevância que o assunto tem para o esclarecimento da nossa posição e, sobretudo, para tornar clara a forma como encaramos esta temática, fazer referência a alguns factos essenciais.

Primeiro facto é que, se há a possibilidade de baixar impostos nos Açores, isso deve-se ao Partido Socialista, seja porque, no Governo da República e no Governo Regional, negociou e acordou na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, seja porque foram também os Governos Regionais do PS/A a propor a utilização dessa faculdade.

Segundo facto, quem utilizou, em maior grau, a margem de baixar impostos nos Açores foram os Governos Regionais do PS/A. Ou seja, os Governos do PS/A já baixaram impostos e baixaram-nos de forma expressiva. Convém, a este propósito recordar, que, a 31 de dezembro de 2020, os primeiros e segundo escalões do IRS eram tributados em menos 30% do que a nível nacional, o terceiro escalão em menos 25% e os restantes em menos 20%.

No caso do IRC, imposto sobre o lucro das empresas, havia uma diminuição de 20%, e, no caso do IVA, havia, igualmente, uma diminuição de 20%.

Daqui resulta com evidente clareza, que aquilo que o atual Governo Regional fez foi o de alargar, a quem mais ganhava e a quem mais lucrava e, no fundo a quem tem mais capacidade económica, um corte de impostos cujo critério assumido foi apenas, e tão só, o de atingir o limite máximo previsto na lei.

O terceiro facto é que essa baixa de impostos não resulta de qualquer análise ou ponderação financeira ou económica, mas sim apenas da necessidade de sobrevivência política do Governo Regional.

Com efeito, o principal partido da maioria o que defendia nas eleições de 2020 era o regresso à situação fiscal anterior à troika (importante notar que, no caso do IRS, isso significava aumentar impostos!), o segundo partido da maioria foi parte ativa na negociação e acordou a redução fiscal de 2015, e apenas um dos mais pequenos partidos da maioria defendia a redução para o máximo permitido por lei de todos os impostos na Região.

Mas então, como se posiciona, e como se deve posicionar, o PS/A relativamente a esta questão?

Como resulta de tudo aquilo que tem vindo a ser referido, a questão não se resume a ser contra ou a favor de uma qualquer baixa de impostos.

Para além da justiça intrínseca da decisão de baixar impostos, é preciso ainda ter em consideração as consequências e o impacto que resultam dessa decisão.

E é, exatamente, por estes dois critérios que a decisão do atual Governo Regional e da maioria que o sustenta revela-se bastante mais negativa do que aquilo que os seus autores se esforçam por apregoar e esconder.

Em primeiro lugar, a decisão tomada é uma decisão negativa porque a Região prescindiu da capacidade que tinha para reforçar a progressividade do sistema fiscal nacional, e, portanto, para reforçar a justiça social do sistema fiscal.

Dito por outras palavras, quando se aplica a mesma redução de impostos aos que têm maiores rendimentos e aos que têm menores rendimentos, exclui-se a possibilidade de aliviar mais os impostos a quem mais precisa e menos a quem mais ganha.

Por outras palavras, obviamente que o sistema fiscal nacional é progressivo. Mas, ao atuar como atuou, o Governo Regional, e a maioria que o suporta, abdicaram de um poder que a Autonomia tinha que era o de reforçar a forma como, nos Açores, o sistema fiscal poderia aliviar os impostos a quem menos tem, ao mesmo tempo que aliviava menos a quem mais tem.

Para além disso, e entrando na segunda componente, a decisão tomada pela maioria é errada porque, ao mesmo tempo que a Região prescinde de receitas fiscais, está a assumir despesas fixas para o futuro sem incorporar o efeito de redução das receitas.

O resultado é óbvio: para fazer face à baixa de impostos, o Governo não enveredou pelo caminho de reformar uma ou várias componentes da despesa pública, nomeadamente, despesa corrente, para adequá-la à disponibilidade de receitas que resulta do corte fiscal.

Ao invés, o Governo recorre ao endividamento da Região para fazer face ao volume crescente da despesa corrente aliado aos efeitos da redução fiscal.

A mais curto do que médio ou longo prazo, este caminho é desastroso. Concluindo, para o PS/Açores, baixa de impostos sim, com justiça e com responsabilidade. Ou seja, tudo o que o atual Governo Regional e a maioria que o suporta não fez, nem quis saber.

Relacionado com este aspeto em particular e, em geral, com a sustentabilidade financeira da Autonomia, está a insistência com que tem sido abordado o tema da revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Há, a este propósito, fundamentalmente, dois grupos de argumentos: o primeiro defende a revisão fundadas na necessidade de aperfeiçoar a sua formulação à luz do que consideram ser incoerências, omissões ou pouca clareza da atual redação; o segundo, defende a revisão para aliviar o pretense excesso de regras e limitações que a mesma estabelece.

Acrescem a estes argumentos, a alegação da necessidade de eliminar um suposto tratamento, por parte do Estado, negativamente discriminatório da Região Autónoma da Madeira em benefício da Região Autónoma dos Açores.

É, ainda, possível descortinar argumentos que alegam a necessidade de se construir um verdadeiro sistema fiscal regional, bem como de permitir a assunção, por parte do Estado, dos custos relativos a áreas como a Saúde e a Educação.

De forma simples, interessa, também aqui, tornar claro o posicionamento do Partido Socialista dos Açores.

Reconhecemos, e defendemos, a necessidade de aperfeiçoar a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, desde logo, mas não só, em componentes técnicas como o critério relativo à dívida pública das Regiões Autónomas.

No entanto, não podemos aceitar uma revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas que parta do princípio que existe um tratamento privilegiado da Região Autónoma dos Açores e que, em sequência disso, ponha em causa o princípio do tratamento diferenciado entre as duas Regiões, o qual é ancorado em dados objetivos dos quais se destaca, desde logo, mas não exclusiva-

mente, a circunstância dos Açores terem 9 ilhas e a Madeira apenas duas.

Noutros domínios, é importante, até para o sucesso da negociação que, inevitavelmente, tem de existir com a República, ter presente a necessidade de fazer corresponder um eventual aumento da margem de intervenção fiscal das Regiões Autónomas com o conceito de autonomia suficiente.

No fundo, a ideia exigida e presente na análise das instituições europeias, é que, para que uma decisão destas reúna as condições para passar no crivo da União Europeia, a mesma implica que exista uma verdadeira e tríplice autonomia: a constitucional/institucional, a procedimental e a económica.

E se é certo que não se levantam objeções à existência das duas primeiras componentes, a questão coloca-se, exatamente, nesta última componente que consiste na ideia de que as consequências económicas das reduções fiscais devem ser suportadas pela própria Região, não podendo existir financiamento dos seus efeitos e consequências por qualquer outra entidade.

Neste domínio, o desafio é, antes de tudo o mais, político no sentido da Autonomia assumir, plenamente, aquilo a que atrás fazíamos referência e que, quanto a nós, é um dos seus pressupostos: o exercício da Autonomia política implica opções e estas, por sua vez, implicam custos.

Imputar, pura e simplesmente, o custo das opções da Autonomia ao Estado central, é meio caminho andado para pô-la em causa, comprometê-la e fazê-la perigar.

E isso tanto vale para as matérias fiscais como para todas as áreas que estão sob a alçada das Regiões Autónomas.

2.1.2. Sustentabilidade Demográfica

Um segundo desafio prende-se com as questões demográficas, como tal evidenciadas também pelos resultados dos últimos censos, com uma redução de população em todas as ilhas da nossa Região, em linha com o que aconteceu noutras regiões do País.

Após duas severas crises em dez anos, a primeira das quais com consequências devastadoras ao nível do emprego e do bem-estar social, a quebra populacional que já se vinha evidenciando em algumas das nossas ilhas generalizou-se às restantes.

Enfrentamos, assim, desafios demográficos e socioeconómicos provocados pela redução da população residente, pelo envelhecimento da estrutura demográfica e pela redução da dimensão média das famílias.

A diminuição da população, consequência de sucessivos saldos naturais e migratórios negativos, só poderá ser invertida por via da dinamização de territórios de excelência ambiental, científica e tecnológica, com capacidade para fixar os mais jovens e qualificados e, simultaneamente, atrair movimentos migratórios.

A aposta num modelo sustentável de desenvolvimento é fundamental para assegurar essa capacidade de atração de população, mas deve ser complementada com políticas concretas de imigração, sob pena de se comprometer a batalha demográfica e perder o comboio do desenvolvimento.

As medidas de coesão como instrumentos contra a desertificação não são estáticas, são por defeito adaptativas, sujeitas ao tempo, à realidade presente e às perspetivas futuras.

É assim fundamental em primeiro lugar, estruturar e organizar a forma como abordamos esse desafio.

Assim, é necessário dar a esse trabalho profundidade técnica e científica através **de um modelo de análise da coesão e da demografia dos Açores**, a desenvolver com base em indicadores económicos, sociais e demográficos.

Este modelo deverá abordar a macro e micro coesão, ou seja, deverá ser medido o desempenho, não só de cada uma das Ilhas, mas igualmente de parcelas territoriais de menor dimensão intra-ilhas, de modo a agrupar num mesmo núcleo realidades similares que necessitam de respostas semelhantes, mas que para cada um deles são necessárias diferentes combinações de políticas e medidas.

No mesmo sentido, é importante estimular a criação de **equipas de reflexão e prospetiva**, com o principal objetivo de chamar para o processo de decisão e influência todos os atores que têm ação direta junto de uma determinada zona ou núcleo de coesão, quer sejam entidades públicas, privadas, ou de cariz associativo. Estas equipas, com base no conhecimento profundo que têm da área onde se inserem, devem contribuir para o processo de criação de políticas e medidas que permitam o desenvolvimento local e a interligação com o todo Regional, Nacional e Global.

Esse trabalho, desenvolvido localmente, permite **criar e potenciar redes de cooperação para a inovação e valorização dos recursos endógenos** de cada parcela de território, procurando aproveitar os recursos, os ativos e as dinâmicas de modo a criar projetos inovadores, alicerçados na interligação entre o Conhecimento, o Tecido Empresarial, os Empreendedores, a Sociedade Civil e as Entidades Públicas.

Sabendo nós que não há passes de magia que resolvam este assunto de um momento para o outro e, sobretudo que, qualquer solução necessita de tempo para produzir resultados, é útil destacar dois ou três aspetos que, no âmbito da componente Açores do Plano de Recuperação e Resiliência negociadas pelo Governo Regional do PS/A foram definidos também com o objetivo de contribuir para vencermos esse desafio.

Referimo-nos, em concreto, e de forma especial, às componentes da digitalização na Saúde – permitindo mais e melhor acesso e cuidados, independentemente da distância entre o fornecedor desse serviço e o doente –, da Educação – reforçando as condições para um salto qualitativo em termos de qualificações digitais, não só dos alunos, mas também do corpo docente –, e da Habitação – com especial atenção às questões da recuperação da habitação degradada e construção de novas habitações para casais jovens.

Acresce ainda, nesse domínio, um conjunto de outras políticas setoriais de cuja conjugação depende, em larga medida, o sucesso neste desafio.

É o caso dos transportes, do emprego, da competitividade e, até, da política fiscal, para apenas referir algumas.

2.1.3. Sustentabilidade Política

O terceiro desafio no âmbito da sustentabilidade futura da nossa Autonomia tem a ver com a componente política.

O Partido Socialista, sob o papel liderante e influente do PS/Açores, sempre se afirmou, por princípios, ações e comportamentos, como um Partido autonomista.

Desde logo, porque a Autonomia, a descentralização e a subsidiariedade são realidades indissociáveis, que Abril permitiu frutificar e desenvolver. Desde a consagração constitucional da realidade autonómica, aliás como limite material da sua revisão, até todos os aperfeiçoamentos e ganhos conquistados nesta matéria, seja em sede das revisões constitucionais ou estatutárias, seja em sede de legislação avulsa ou prática político-administrativa – a realidade autonómica sempre se fortaleceu e avançou, quando não por impulso, sempre por compromisso do Partido Socialista.

Efetivamente, foi preciso esperar pelas maiorias simultâneas do PS, em Lisboa e nos Açores, para se alcançar a primeira Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que dotou as Autonomias de poder de adaptação fiscal efetivo e introduziu previsibilidade e segurança ao nível dos indispensáveis recursos financeiros e da concretização da solidariedade nacional, absolutamente indispensáveis à prossecução duma governança própria.

A efetiva redução ou compensação dos chamados custos de insularidade, seja através da adaptação fiscal, da contínua e consolidada descida do preço das passagens aéreas, e da uniformização de preços ao nível do tarifário elétrico, e dos jornais e revistas – foi obra dos governos do PS, bem como a compensação desses custos, através do acréscimo regional ao salário mínimo nacional, à remuneração complementar para a função pública e ao “cheque pequenino” para reformados e pensionistas.

Essas medidas de profundo alcance económico-social, que são já um adquirido autonómico, são bem a prova duma ambição autonómica real, para todas as açorianas e açorianos, e para todas as ilhas, na perspetiva de que os ganhos autonómicos se impõem porque, mais do que ganhos formais e competenciais para comprazimento de alguns, devem dar pão, recursos e o merecido e justo aumento do nível de vida do Povo Açoriano.

Daí o papel influente e ampliador que o PS teve, nomeadamente, nas revisões constitucionais de 1997 e 2004, bem como na mudança de paradigma que constituiu a terceira revisão estatutária, verdadeira carta de direitos da Autonomia e do seu Povo, que permitiu, por exemplo, a criação da remuneração compensatória e a sua sobrevivência ao crivo do Tribunal Constitucional e a efetiva consagração duma gestão partilhada do nosso Mar, arduamente conquistada no Parlamento nacional.

Cientes do muito que fizemos, queremos mais. Há sempre novos desafios e novas realidades a que urge responder.

Daí que pensemos ser tempo de uma **revisão constitucional das Autonomias**, que dê a necessária ampliação à nossa competência legislativa, às bandeiras propostas em sede estatutária que ainda não lograram vencimento, como a consagração de partidos regionais, o uso e reconhecimento descomplexados dos símbolos regionais, a clarificação efetiva que tarda dos bens dominiais das Regiões Autónomas e a possibilidade de criação de provedores sectoriais regionais. Só a expressa consagração e clarificação dessas matérias na Lei Fundamental da República permitirá ultrapassar velhos bloqueios e consagrar persistentes ambições, como a desnecessidade prática da figura constitucional do Representante da República e o reforço do carácter parlamentar do nosso sistema de governo.

Ao nível da nossa Lei Eleitoral, depois de consagrada inequivocamente a nossa iniciativa legislativa exclusiva, é tempo de facilitar e desburocratizar o acesso e a forma como se vota, com o alargamento e simplificação do voto em mobilidade, abertura para a possibilidade de consagração do chamado voto eletrónico, e de permitir, de forma confiante e descomplexada, as candidaturas de cidadãos independentes que se apresentem com um âmbito mínimo regional, bem como as candidaturas com as chamadas listas abertas ou de voto preferencial, que aumentem o poder decisivo dos cidadãos e sejam assim um estímulo robusto para a quebra da abstenção.

A questão da redução do número de deputados, tão cara a alguma direita, populista e demagógica, afinal antiparlamentar e antidemocrática, deve ser colocada na sua real dimensão: as leis eleitorais são instrumentos fundamentais de democraticidade, legitimidade e representatividade políticas, e devem consagrar regras que, adaptadas à nossa realidade arquipelágica, afirmem e consolidem esses princípios. A digna representatividade de todas as ilhas,

que os círculos de ilha permitem, a afirmação do princípio da proporcionalidade e a facilitação da pluralidade parlamentar são valores que o PS/Açores introduziu na última revisão dessa lei que permanecem atuais, para além da mera contabilidade conjuntural. Sempre o dissemos e reafirmamos agora: se for possível manter esses princípios, numa proposta global, politicamente coerente e tecnicamente viável, o PS/Açores estará, como sempre esteve, disponível para a considerar. Mas sem nunca trocar valores firmes de legitimidade e representatividade por slogans vazios, que alguns outros têm por simpáticos.

A consagração de dois círculos regionais, coincidentes com o território das Regiões Autónomas, nas eleições para o Parlamento Europeu e com a eleição de dois representantes por cada um desses dois novos círculos, também deve ser um objetivo a alcançar, no sentido de garantir, para além de todas as vicissitudes, uma representação das Autonomias no Parlamento da União Europeia.

A melhoria da articulação competencial entre o poder regional autónomo e os órgãos das Autarquias Locais e de ilha deve igualmente prosseguir, em nome duma maior eficiência, duma efetiva aplicação do princípio da subsidiariedade e das nossas especificidades, geográficas e competenciais.

A recriação do Tribunal da Relação dos Açores também deve ser uma aspiração a concretizar, no sentido duma maior celeridade e acessibilidade na relação dos cidadãos com os serviços de justiça.

Nos níveis institucionais próprios, o PS/Açores tem, de forma influente e propositiva, apresentado iniciativas com vista ao alcance da reforma autonómica que se impõe, com flexibilidade e ativa busca dos necessários consensos, que reforcem e legitimem o alcance destes objetivos, designadamente ao nível do Parlamento nacional, vencendo-se assim, e uma vez mais, atávicos e injustificados centralismos.

Proseguiremos essa tarefa, com a máxima motivação e empenho, no quadro açoriano e nacional que a atual conjuntura político-institucional permite.

2.1.4. Sustentabilidade do Nosso Desenvolvimento

Por último, uma quarta componente relativa ao desenvolvimento sustentável. A consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de afirmar os Açores como uma Região aberta, dinâmica e progressista, reclama uma abordagem integrada, abrangente e mobilizadora no acompanhamento e gestão das dinâmicas e tendências ambientais, económicas, sociais e culturais, onde a sustentabilidade na gestão dos recursos públicos é condição *sine qua non* para um projeto político de futuro, capaz de responder da melhor forma às necessidades da população bem como capaz de afirmar os Açores como Região diferenciada no panorama nacional, europeu e internacional.

a) Preservação e valorização do capital natural

Apesar de os Açores apresentarem vastas áreas do seu território submetidas a medidas de proteção, incluindo áreas marinhas, importa prosseguir com a proteção e valorização das áreas protegidas, bem como da biodiversidade e da geodiversidade que nelas ocorrem.

Importa, pois, prosseguir com políticas efetivas de conservação da natureza e da biodiversidade, bem como conferir prioridade à sensibilização para o reconhecimento do valor desse património natural, nas suas dimensões ética, estética, identitária, cultural e económica.

Neste contexto, os Açores devem ser pioneiros na adoção de índices económico-ambientais como parte integrante das estatísticas regionais, que permitam conhecer o valor do capital natural e a sua contribuição para a economia e o bem-estar.

b) Descarbonização e transição energética

Por via da interferência humana, o planeta aqueceu mais rápido desde 1940, do que em milhões de anos anteriores, estando a Humanidade confrontada com a necessidade de investir em ações que reduzam a emissão de gases com efeito de estufa (GEE) e que incrementem a capacidade de sumidouros de carbono.

Apesar do contributo potencial da Região Autónoma dos Açores para a redução global das emissões, não podemos, num quadro de compromisso com os grandes objetivos climáticos globais e de afirmação de uma estratégia de crescimento sustentável, deixar de conferir prioridade à transição para uma economia de baixo carbono.

Ademais, a descarbonização deve ser encarada como uma oportunidade de reconfiguração económica e tecnológica, aproveitando a redução da intensidade carbónica da economia para acrescentar competitividade e sustentabilidade em setores estratégicos.

Uma vez que a energia é um bem essencial ao desenvolvimento económico e ao bem-estar das populações, e que o setor energético, incluindo os transportes, representa mais de metade das emissões de Gases de Efeito de Estufa na Região, exige-se uma efetiva transição energética, assente em princípios orientadores de suficiência, eficiência e segurança, e consubstanciada na eletrificação e descarbonização da economia, através do incremento das fontes de energia renováveis ou endógenas.

Em paralelo, importa promover soluções de mobilidade sustentável, baseadas em opções de baixo carbono e na otimização de um modelo de organização territorial de proximidade.

Neste contexto, a mobilidade assume particular importância.

O esforço e as políticas públicas implementadas pelos Governos do Partido Socialista no âmbito da mobilidade elétrica têm de ser recuperadas e intensificadas, fomentando e incentivando a mobilidade elétrica terrestre, nas suas várias dimensões.

Da mesma forma, o Mar dos Açores encerra um potencial de desenvolvimento extraordinário num mundo globalizado que enfrenta os desafios: das alterações climáticas, do crescimento demográfico e da escassez de recursos. Se nada for feito, prevê-se para os próximos anos que a emissão de gases provenientes dos navios ultrapasse as emissões produzidas em terra, com graves consequências nos custos estimados para a saúde do planeta. Incluem-se óxidos de enxofre (SOx) e óxidos de nitrogénio (NOx) bem como outras partículas, que afetam a saúde humana, causadores de doenças cardiorrespiratórias e cardiovasculares, bem como, danos no meio ambiente, como a acidificação das chuvas e dos oceanos.

A Organização Marítima Internacional (IMO) e a União Europeia (UE) têm abordado a redução de emissões de gases com efeito de estufa no Mar, com incidência na poluição provocada pelos navios.

Estão em perspectiva três tipos de soluções (todas com custos muito elevados de implementação):

- a)** Utilização de combustíveis fósseis com a qualidade ajustada às zonas geográficas de operação (0,1% ou 0,5% max. teor de enxofre);
- b)** Utilização de LNG (Gás Natural Liquefeito) como combustível alternativo e de transição;
- c)** Instalação de métodos de redução de emissões, exemplo mais comum a instalação tecnologia “scrubber” (sistema de lavagem dos gases de evacuação).

A utilização do LNG (Liquified Natural Gaz) parece apresentar a relação custo/benefícios mais ajustada. Trata-se de um gás do subsolo, que é processado para remoção de impurezas, até atingir as especificações pretendidas, normalmente 100% de metano. É colocado em estado líquido por arrefecimento até -162° C, reduzindo o seu volume 600 vezes (em relação ao estado gasoso), assumindo características que permitem o seu armazenamento e transporte, à semelhança de outros combustíveis líquidos.

São evidentes os avanços alcançados no conceito de partilha na gestão do Mar dos Açores, incluindo naturalmente maior responsabilidade e proatividade, ao mesmo tempo que se confere uma participação ativa na capacidade de gerir, explorar e fiscalizar a utilização dos recursos, bem como a legitimidade de autorização a terceiros, para atividades que se pretendam desenvolver. Numa área aproximada de 55% do Mar Português e 6% da Zona Económica

Exclusiva, da União Europeia, a que acresce a Plataforma Continental Estendida, atribuindo direitos de jurisdição, sobre o solo e subsolo marinho, em cerca de 4 milhões de Km², os Açores deverão assumir, um posicionamento estratégico óbvio, sobretudo enquanto plataforma “de excelência”, para uma alteração do “paradigma” energético em curso, a uma escala global.

É neste contexto que se impõe assumir este desafio energético que se prevê disruptivo e transformador que passa pela adaptação e conversão dos portos e da frota marítima regional; pela consideração dos impactos na economia e na atividade dos armadores; aproveitando o potencial de aplicabilidade a todo o tráfego marítimo e, finalmente, considerando as necessidades de investimento, bem como a transformação tecnológica a ter em conta.

O caminho tem de ser feito. E deve começar já!

c) Adaptação às alterações climáticas

As alterações climáticas são um dos maiores desafios com que a Humanidade se depara na atualidade, com capacidade para fazer reverter décadas de desenvolvimento.

Com as alterações climáticas tem aumentado a ocorrência e a severidade de eventos climatológicos, expondo especialmente os territórios insulares aos seus efeitos.

No arquipélago dos Açores, a biodiversidade, os recursos naturais, o território, em particular as zonas costeiras, e as atividades económicas podem ser fortemente afetadas pelas alterações climáticas.

A adaptação deve ser encarada como matéria prioritária, pela inevitabilidade que os impactos das alterações climáticas produzem e continuarão a produzir no território, afetando o quotidiano das populações.

Assim, no âmbito da governança climática devem ser desenvolvidos instrumentos de ação climática, como resposta aos desafios territoriais emergentes e condicionando o modelo de desenvolvimento territorial e os regimes de

uso e ocupação do solo, em função das vulnerabilidades e riscos climáticos identificados, bem como estabelecendo medidas e ações que, de forma planeada e integrada, promovam a minimização dos efeitos das alterações climáticas, sobretudo em setores estratégicos.

A Região deverá, ainda, aprovar um regime jurídico geral de ação climática, adaptados às suas necessidades e realidade e que garanta uma adequada participação pública e um efetivo acompanhamento e avaliação.

d) Economia circular

A economia à escala global foi sendo construída, desde o início do desenvolvimento industrial, com base num modelo linear de negócios, em que a produção de bens assenta na extração de matérias-primas e no fabrico de produtos que, após a sua utilização, são descartados como resíduos.

A forma e a velocidade com que se usam os recursos naturais são absolutamente insustentáveis, seja pela escassez desses recursos, seja pelos impactos negativos no Ambiente, designadamente a poluição e a degradação de ecossistemas.

Face às consequências do modelo tradicional de produção e consumo, tornou-se essencial uma mudança de paradigma, que passa por uma nova tendência de gestão dos recursos e dos negócios, baseada num modelo de desenvolvimento sustentável.

A consolidação do desenvolvimento sustentável reclama a transição para um modelo circular de produção de bens e serviços, no qual os materiais retornam ao ciclo produtivo, transformando os resíduos em potenciais subprodutos ou em outros materiais, por via da sua reutilização, recuperação e reciclagem. Um modelo económico onde os ciclos de vida dos produtos são otimizados, desde a conceção e desenho, ao processo de produção, aos consumos e à gestão dos resíduos.

A economia circular gera, também, novas oportunidades de negócio, fazendo surgir novos modelos empresariais e desenvolvendo novos mercados, constituindo-se como um elemento-chave para promover a dissociação entre o crescimento económico e o consumo de matérias-primas e energia, e assu-

mindando-se como uma efetiva economia de desempenho, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, criando qualidade ambiental, prosperidade e equidade social.

O reaproveitamento sustentável e rentável dos produtos são elementos centrais de uma economia onde os verbos dominantes têm de ser: Refletir, Reduzir, Reutilizar, Reparar e Reciclar.

A partir do conhecimento do metabolismo do território, devem ser identificadas oportunidades de circularidade, fomentando a produção e utilização inteligentes, o prolongamento do ciclo de vida e o aproveitamento eficaz dos materiais.

Deve, pois, intensificar-se as campanhas de sensibilização para a prevenção e redução da produção de resíduos, promover-se ações de recuperação e reutilização de produtos, dinamizar-se a inovação, fomentar-se a simbiose empresarial, e otimizar-se o modelo de organização territorial, promovendo formas de ocupação que potenciem redução de deslocações, consumos de proximidade, economias de partilha e padrões de mobilidade sustentável, bem como que privilegiem a reabilitação e o aproveitamento de existências. Através da requalificação e revitalização dos espaços urbanos degradados ou em degradação promove-se a valorização do ambiente urbano e a criação de condições para a atração e fixação de novos residentes e atividades nesses espaços, contribuindo também para a compacidade urbana, a preservação do solo rústico e a diminuição das necessidades e encargos de infraestruturização.

e) Transição digital

A transição digital, não sendo uma novidade, constitui, cada vez mais, um fator crítico de desenvolvimento e sustentabilidade, na medida em que é uma oportunidade para as empresas e instituições se tornarem mais eficientes na análise de dados e informação, e mais próximos e inteligentes no relacionamento com os destinatários da sua ação.

O processo de digitalização tem passado não só pela mudança de suportes e ferramentas, como pela mudança dos modelos de operação, incluindo o surgimento de produtos e serviços integralmente digitais. Por outro lado, a digi-

talização induz uma utilização mais eficiente dos recursos e promove comportamentos mais sustentáveis.

Transformar os processos, a abordagem ou as relações, beneficiando dos avanços das tecnologias de informação e comunicação, tornou-se imprescindível para a resposta eficaz a novos desafios com que se depara a Região. Nos últimos tempos, a administração pública e as empresas têm enfrentando constantes readaptações em resposta aos novos desafios tecnológicos e têm sido dados alguns passos no sentido de aproveitar a transformação digital para promover a inovação dos processos e a simplificação, oferecendo serviços mais próximos e mais eficientes.

A transição digital e o desenvolvimento de produtos e serviços ecologicamente eficientes tornaram-se elementos-chave na modernização administrativa e empresarial, com impactes positivos ao nível da competitividade e do desenvolvimento económico.

Numa perspetiva de sustentabilidade, deve acentuar-se essa dinâmica, por via da utilização de ferramentas digitais adequadas, desenvolvidas especificamente em função das necessidades de cada setor ou serviço, otimizando as metodologias de trabalho e a gestão dos recursos.

Importa, ainda, que as administrações públicas, regional e local, sejam capazes de assegurar maior agilidade, celeridade, eficiência e transparência no acesso à informação e na simplificação e desburocratização dos procedimentos de autorização e licenciamento administrativos, tirando partido das tecnologias de informação, com vista à respetiva integração e desmaterialização.

A desmaterialização dos procedimentos, por via do desenvolvimento de plataformas eletrónicas que integrem todos os procedimentos administrativos de autorização e de licenciamento, assegurando a simplificação, a celeridade e a integração dos processos, bem como uma maior agilidade, eficiência e transparência no acesso à informação.

f) Contratação pública sustentável

A emergência climática realçou preocupações mais ou menos evidentes no passado recente a desafios críticos da atualidade. Nos dias de hoje, é fundamental que todos os atores sociais – e por maioria de razão as entidades públicas – reduzam o impacte ambiental das suas atividades.

As compras públicas, a par do seu objetivo imediato de aquisição de bens ou serviços, podem servir como instrumento de realização de políticas sustentáveis, assegurando a opção por produtos ou serviços com impacte ambiental reduzido.

Neste contexto, defendemos a adoção de critérios ou linhas de orientação, bem como a promoção de boas práticas de contratação pública ecológica (green public procurement), atendendo, designadamente, ao ciclo de vida dos produtos, às relações económicas de base local ou de proximidade, à utilização de materiais endógenos, à utilização de métodos de produção ou materiais de baixo impacte ambiental, à utilização de materiais com elevado teor de materiais reutilizados e reciclados ou de subprodutos, à utilização de materiais provenientes de fontes legais e sustentáveis, aos consumos, níveis de emissões e custos de manutenção dos produtos ou serviços.

2.2. COESÃO REGIONAL

Para o Partido Socialista Açores a coesão foi e é uma prioridade.

Ao longo dos últimos anos, foi desenvolvido um conjunto de políticas públicas, que contribuíram para que hoje se viva melhor em todas e cada uma das nossas ilhas.

O reforço da coesão económica, social e territorial, está novamente no centro do desenvolvimento estratégico que se pretende para a nossa Região, capaz de responder ao desafio permanente de sermos o melhor lugar para viver, investir e visitar.

As nossas ilhas são todas diferentes, essas diferenças devem refletir-se na definição de políticas públicas assentes na diferenciação territorial.

Tendo consciência que a generalidade dos recursos são finitos, torna-se essencial acautelar a preservação dos mesmos, pelo que coesão e sustentabilidade serão sempre indissociáveis.

Neste âmbito, um dos desafios que deve merecer uma profunda reflexão, prende-se com o modelo de governação para a nossa Região.

Torna-se fundamental incorporar território na organização sectorial, com vista a dar uma resposta adequada às exigências com que nos deparamos.

Torna-se fundamental desenvolver a ação pública num modelo em que o território assuma uma maior relevância, como resposta a sermos uma região insular em que a realidade de ilha está a par e muitas vezes se sobrepõe a outras dimensões.

No fundo, um modelo mais colaborativo, que envolva os agentes locais, como autarquias, associações de municípios, associações, empresas e cidadãos, numa governação e desenvolvimento estratégico inovador e sustentável.

Em suma, uma solução que privilegie a territorialização das políticas, promovendo uma maior proximidade dos decisores e da decisão aos seus destinatários, na certeza de que a proximidade permitirá obter melhores soluções para o bem comum.

2.2.1. Coesão Económica

As características e dimensão do nosso mercado interno, bem como o acesso aos mercados externos lançam-nos desafios permanentes.

É assim fundamental, desenvolver um modelo de desenvolvimento económico, assente nos princípios da sustentabilidade e da complementaridade da oferta competitiva e diferenciadora que cada ilha, ou grupo de ilhas, possui.

A especialização estratégica de cada ilha ou grupo de ilhas, que assenta num conceito de Eficiência Competitiva, assume, assim, a condição de fator essencial, na criação de riqueza, no incremento da competitividade e na criação de emprego.

Para isso, o exercício de criação de uma Estratégia de Eficiência Competitiva dos Açores, é fundamental para mapear os recursos específicos de cada ilha, nomeadamente naturais, económicos, sociais e culturais, com vista a identificar os principais aspetos diferenciadores de uma estratégia individualizada de desenvolvimento sustentado.

É na sequência desse entendimento que foram lançados, por exemplo, projetos como o SpacePort em Santa Maria, o Terceira Tech Island, a Escola do Mar e o Pólo Martech, no Faial, apenas para citar alguns.

A par disso, consideramos essencial para alcançar esse objetivo, um esforço consistente e articulado na modernização e especialização do nosso tecido empresarial, promovendo a aceleração da transformação digital, e a consequente incorporação de serviços na produção, na comercialização, logística e consumo, ou seja, focada nas exigências e tendências do mercado.

Ainda a este propósito, impõem-se algumas referências específicas à situação da Agricultura, das Pescas e do Turismo.

No caso da Agricultura, consideramos profundamente negativo o caminho que está a ser seguido pelo Governo Regional e pela maioria que o suporta de limitação das possibilidades futuras, nomeadamente, no que se refere ao setor leiteiro.

O caso do encerramento da Cooperativa Ocidental, da ilha das Flores, constitui um perigoso afunilamento das possibilidades de diversificação da economia dessa ilha, - e, na nossa análise, é isso que o Governo Regional se prepara para fazer noutras ilhas, como é o caso da Graciosa -, uma vez que a criação de um quadro de direcionamento compulsivo da produção agrícola dessa ilha exclusivamente para a produção de carne, revelar-se-á como uma severa fragilização do potencial produtivo da mesma, bem como de estrangimento político das oportunidades de desenvolvimento do seu setor agrícola, o mesmo é dizer do seu desenvolvimento económico em sentido lato.

Interessa aqui, ao mesmo tempo que não se comprometem as possibilidades de desenvolvimento futuro, assumir claramente um caminho que fortaleça o setor agrícola regional, não pela via de restrições à produção, mas, claramente, de criação de instrumentos de política pública que favoreçam a diversificação da transformação e o fortalecimento da comercialização, desde logo, na afirmação dos produtos desse setor nos mercados nacional e internacional.

No caso das Pescas, a atuação errática do Governo Regional, de forma particular na gestão do esforço de pesca, pelos efeitos que trará a posteriori, poderá pôr em causa, não só a sua sustentabilidade futura como, de forma mais direta, os rendimentos dos pescadores.

Aqui, como em tantas outras áreas, a sustentabilidade não pode ser considerada como um empecilho ou constrangimento, mas sim como um verdadeiro fator de valorização de toda a fileira e de reforço do valor e da rentabilidade desse setor.

Por último, e em relação ao Turismo, ao mesmo tempo que se salienta o crescimento exponencial que o mesmo teve por ação dos Governos Regionais do PS/A, interessa ter uma visão mais ampla da sua integração como vetor de desenvolvimento da Região.

Interessa, sobretudo, assumi-lo como um contributo essencial ao crescimento económico da Região, mas não como o alfa e ómega do desenvolvimento económico e social dos Açores.

A natureza, qualidade e remuneração dos empregos que o mesmo proporciona não nos permitem descansar na busca e na construção de outras áreas de desenvolvimento económico a nível regional, procurando, assim, erigir respostas fundamentais para a criação de mais emprego, melhor emprego e, também, melhor remunerado.

É por isso que, nesse domínio, vemos como particularmente negativos a inércia, a incapacidade e o desinvestimento do Governo Regional em projetos como o SpacePort de Santa Maria e o Terceira Tech Island, bem como a limitação do potencial que encerra o projeto da Escola do Mar, no Faial.

2.2.2 Coesão Social

Nos próximos anos temos o desafio de reforçar o desenvolvimento de políticas que promovam o rejuvenescimento populacional, reforcem a solidariedade e colaboração intergeracional, promovam uma verdadeira igualdade de oportunidades para todos, que atraiam e fixem as pessoas em todas as nossas ilhas, concelhos e freguesias.

O PS/A tem-se assumido como pioneiro no desenvolvimento de políticas sociais, que combatem assimetrias e asseguram que ninguém fica para trás.

É o caso das políticas de Educação, de Qualificação, de Emprego, de Juventude, de Cultura e até de Combate à Pobreza e à Exclusão Social que permitiram aos Açores, segundo os dados estatísticos oficiais, um trajeto de recuperação, progressiva, constante e consistente, de um conjunto de indicadores que, embora ainda não estejam aos níveis que queremos, demonstram o acerto e o mérito das políticas públicas desenvolvidas nesses domínios.

Neste contexto, seguros de que esta é uma batalha constante, mas, sobretudo, conscientes de que a ação do atual Governo Regional e da maioria que o suporta se caracteriza pelo consciente desmantelamento das políticas, que deram bons resultados, entendemos imprescindível reiterar a necessidade de um conjunto de políticas públicas de combate à exclusão, de auxílio aos mais carenciados, de fomento à natalidade, ao equilíbrio entre a vida familiar e profissional, ao envelhecimento ativo e à solidariedade intergeracional e à implementação de políticas e práticas de promoção de hábitos de vida saudável.

Este objetivo pode ser sumariado na necessidade de desenvolver uma verdadeira **Agenda para a Valorização do Capital Humano**, ou seja, uma estratégia de reforço da valorização das Açorianas e dos Açorianos.

Pretende-se assim valorizar e estimular o desenvolvimento de novas competências de uma forma transversal a toda a sociedade, em que todos possam participar e contribuir para tal.

Nesse sentido, com o objetivo de capacitar os mais jovens, é necessário reforçar o apoio necessário nas disciplinas que apresentem maior défice de aprendizagem, assim como, o desenvolvimento de novas competências em áreas como as artes, o desporto e as novas tecnologias, nomeadamente ao nível do desenvolvimento de código (programação).

É urgente retomar e reforçar a implementação de projetos como o Atelier de Código, os quais se direcionam não só ao reforço das aprendizagens em áreas que estão consolidadas no seu potencial de contribuir para a criação de emprego e para a criação de riqueza, mas que permitirão, também, um salto qualitativo na capacitação das novas gerações para a sua afirmação à escala global.

Num mercado laboral cada vez mais competitivo e em que surgem novas abordagens e novas oportunidades, olhe-se, por exemplo, para os modelos colaborativos que começam a proliferar, e que acreditamos serão cada vez mais desenvolvidos e aplicáveis a todas as áreas de atividade. Torna-se, por isso, essencial qualificar, requalificar, fomentar o empreendedorismo e dar acesso a novas ferramentas essenciais para a criação de emprego de qualidade.

Simultaneamente com o desenvolvimento de uma verdadeira política de estímulo para que cada cidadão invista em si próprio, como base para criar e ter acesso a emprego de qualidade, defendemos uma reorganização da oferta formativa, privilegiando a formação específica e de proximidade, tendo como objetivo capacitar os cidadãos para projetos empresariais locais, alinhados com os setores e atividades identificados para cada ilha ou grupos de ilhas no âmbito da Estratégia de Eficiência Competitiva dos Açores.

Complementar a essa aposta, afigura-se-nos essencial a criação de um programa de fixação de jovens, que inclua apoio ao arrendamento e à aquisição de casa própria, com diferente intensidade consoante os níveis de desertificação das áreas de residência.

Apostamos, igualmente, na criação de uma rede de equipamentos e serviços de proximidade, essenciais para o desenvolvimento das sociedades modernas. Pretende-se assim, com recurso à tecnologia e à maximização dos recursos existentes, possibilitar que cada Açoriano possa ter acesso ao mesmo nível de serviço, vivendo num centro urbano ou num espaço rural mais distante.

O grau de desenvolvimento de uma sociedade mede-se também pela capacidade que esta tem, para a cada momento, ajudar aqueles que, pelas mais diversas circunstâncias, se encontram numa situação mais desfavorecida.

Atentos às novas realidades e colocando o desenvolvimento tecnológico ao serviço das pessoas, entendemos essencial os Açores caminharem para a criação de um Sistema Colaborativo de Respostas Sociais. Um sistema integrador, que convida todos a participar, nomeadamente autarquias, instituições particulares de solidariedade social, empresas e cidadãos, que responda de forma pronta, com base na agregação da oferta pública e privada.

Pretende-se assim, uma otimização de recursos e uma maior qualidade e eficiência na resposta.

A criação de valor para uma sociedade é obtida através da colaboração e participação de todas as gerações.

Os mais idosos afirmam-se, assim, com um importante ativo para a sociedade, capazes de desenvolver múltiplas atividades, com o conhecimento e sabedoria, adquirida ao longo das suas vidas.

Torna-se assim essencial, criar as condições necessárias para que este contributo seja efetivo, desde logo, assegurando que possam fazer, o mais possível, este trajeto da sua vida no seu local de residência e junto dos seus familiares.

Nesse sentido, o PS/A considera essencial que seja desenvolvido um ambicioso programa de adaptabilidade dos espaços públicos, quebrando barreiras arquitetónicas e aumentando a sua capacidade de fruição, e que contemple, também, o apoio à adaptação das habitações para aumentar a autonomia dos cidadãos e o mapeamento e disponibilização de uma oferta específica de habitação para pessoas com autonomia, mas com mobilidade condicionada.

Torna-se, igualmente, necessário, acelerar a reconversão dos Centros de Dia e Centros de Convívio em espaços abertos à comunidade, onde se potencie o contacto entre gerações, com o objetivo de fomentar a partilha de conhecimento e a solidariedade intergeracional.

Assumimos como essencial, que os mais idosos, devam estar o mais possível inseridos no seu ambiente, nesse sentido, torna-se necessário complementar o já feito ao nível do Estatuto do Cuidador Informal, com a criação de um sistema de apoio e de formação para cuidadores informais, para que as famílias se preparem para que, sempre que possível, possam cuidar dos seus familiares em casa.

Para o PS/A, essa ação deve ser complementada com o alargamento e melhoria do serviço de apoio ao domicílio, desenvolvendo polos locais, que alarguem a oferta e a acessibilidade a esse tipo de serviços.

No âmbito do Sistema Colaborativo de Respostas Sociais, defendemos um

Guia de Recursos para a área da deficiência, com o objetivo de compilar e sistematizar a informação sobre recursos e serviços disponíveis para apoio às pessoas com deficiência e às suas famílias, possibilitando assim um acesso mais adequado às respostas sociais.

Nesse domínio, como em tantos outros da ação pública, o PS/A reitera e assume, em toda a sua plenitude, o objetivo de não deixar ninguém para trás.

2.2.3. Coesão Territorial

Num território com as características dos Açores, a coesão territorial está fortemente dependente da capacidade de mobilidade de pessoas e bens, dentro de cada ilha, inter-ilhas e com o exterior. Por outro lado, as novas tecnologias colocam-nos também perante novas oportunidades de reforço da coesão que temos de ser capazes de aproveitar.

A dimensão e orografia das nossas ilhas, o facto de sermos uma região insular e arquipelágica, colocam-nos perante desafios permanentes ao nível da mobilidade.

Procuramos, permanentemente, encontrar as melhores soluções, e é imbuídos deste espírito, que assumimos o compromisso de desenvolver os mecanismos necessários para que o transporte de pessoas e bens seja sempre salvaguardado com qualidade e a um preço justo.

Também neste domínio, o caminho que está a ser trilhado pelo atual Governo Regional e pela maioria que o suporta, é errado e compromete seriamente o nosso futuro coletivo.

A extinção do transporte marítimo de passageiros e viaturas e o fim dos encaminhamentos comprometem, seriamente, a mobilidade dos Açorianos e de quem nos visita e, em última instância, comprometem também o nosso desenvolvimento e a coesão entre as ilhas do arquipélago.

Entendemos que as falhas ocorridas ao nível do transporte marítimo de passageiros, viaturas e mercadorias, desde que ele foi retomado por nós, PS/Açores, não invalidam o enorme potencial que ele representa, em todas as suas dinâmicas, incluindo a perspectiva de evolução para um sistema de transporte de carga rodada.

Este é o caminho certo para a implementação de um verdadeiro mercado interno entre todas as ilhas da Região, integrado nas tendências europeias, e internacionais, de valorização do transporte marítimo de carga em detrimento do transporte aéreo.

Isto deve ser feito por impulso decisivo da parte pública, mas não esquecendo a participação dos privados, que atualmente asseguram o serviço de transporte de carga na nossa Região.

No caso do transporte aéreo, o fim da política de aeroporto único, - da qual os encaminhamentos são parte essencial -, decretado por este Governo, não encontra substituto na chamada Tarifa Açores.

Desde logo, os efeitos económicos dessa medida nas ilhas de destino, é significativamente menor e mais restritivo do que aquele que resultava do efeito, quer do transporte marítimo sazonal, quer dos encaminhamentos.

O transporte de mercadorias é, assim, essencial, pelo que é fundamental desenvolver circuitos logísticos ágeis, capazes de colocar, de forma célere e económica, as produções de cada uma das ilhas, quer ao nível do mercado interno quer no exterior.

Por isso, o foco nos próximos anos, deve estar, também, na utilização e na conjugação de meios para chegarmos aos mercados com a celeridade pretendida, construindo cadeias logísticas curtas.

A nossa situação geográfica por vezes é apresentada como limitadora no acesso aos mercados. No entanto, também é certo que ela nos dá vantagens competitivas únicas.

O transporte será sempre, ao nível dos produtos transacionáveis, um custo de contexto e a forma de o atenuar, depende exclusivamente de nós.

Como? Por um lado, criando produtos de elevado valor, cujo peso relativo no custo do transporte seja diminuto. Por outro, definindo os mercados de acordo com o seu potencial e custo de colocação dos produtos.

Por outro lado, o fomento ao consumo interno, quer pela população, quer por quem nos visita, é uma prioridade. Nesse sentido, é essencial retomar e aprofundar políticas de sensibilização ao consumo e de apoio à colocação do que

produzimos em cada ilha nas restantes em cada uma das nossas ilhas.

Outra das apostas a desenvolver passa claramente pela criação e desenvolvimento de serviços, tirando partido das novas tecnologias e da elevada qualificação dos nossos jovens, onde não existe custo de transporte associado, ou onde a incorporação destes serviços no produto, eleva de tal forma o seu valor, que o peso relativo do transporte se apresente como irrelevante.

No âmbito da coesão territorial, é igualmente essencial uma profunda desmaterialização dos processos e descentralização da administração pública regional, com o desenvolvimento colaborativo de parcerias com outras entidades, nomeadamente com as autarquias.

3. UM PARTIDO AO SERVIÇO DOS AÇORIANOS

O Partido Socialista dos Açores orgulha-se do trabalho realizado e das conquistas conseguidas, seja no Governo dos Açores ou nos Municípios, com uma visão humanista, social, mas também arrojada e com foco no futuro, que colocou sempre as pessoas no centro das suas políticas.

Ao mesmo tempo, assumimos, com orgulho, uma cultura de respeitar a história e valorizar o nosso património humano que ajudou a construir uns Açores mais modernos e mais solidários.

Com o Partido Socialista dos Açores, o passado é, também, presente e futuro. O Partido Socialista/Açores sempre soube conjugar a militância com as forças da sociedade civil e a independentes.

Os militantes são parte do melhor que o PS/Açores tem.

A força do PS está nos seus militantes.

Presentemente somos todos nós, no passado foram outros e no futuro serão certamente mais, mas diferentes.

É um processo normal de renovação.

Renovar nas pessoas, na organização e nas políticas.

É isso que se espera de um partido moderno, com uma liderança determinada e que sabe interpretar, em cada momento, o que é o melhor para os Açores, num mundo em mudança vertiginosa e imprevisível, impensável há pouco tempo atrás, mesmo para as mentes mais férteis.

O que é que os Açorianos esperam de uma organização política com a importância e com o património histórico do PS/Açores?

Um Partido que continue a respeitar a sua história e a valorizar o seu património humano.

Um Partido que marque a agenda política e antecipe os problemas.

Que continue a abrir-se à sociedade civil, mas não se feche aos militantes.

Que vá para a rua ao encontro dos Açorianos, que perceba as suas dificuldades e os seus anseios e que tenha capacidade de propor medidas exequíveis e coerentes, com o seu passado, alternativas à atual governação.

Que continue a fomentar a militância e a renovação dos seus quadros.

Que aproveite o know-how dos militantes e simpatizantes, que estão fora dos órgãos dirigentes, que já tiveram experiência na governação, nas autarquias ou no mundo empresarial para grupos de trabalhos de políticas sectoriais.

Só assim teremos um PS Açores mais forte e melhor preparado para vencer os desafios do futuro, que tanta incerteza causam.

Desafios que são imensos e exigentes.

Que serão enfrentados com humildade, com a consciência dos nossos erros e de que, no futuro, seremos capazes de fazer diferente e de sermos mais competentes, mais audazes e mais atentos.

Os Açores precisam, mais do que nunca, de um PS plural, forte, mobilizador e credível.

O PS tem de ser sinónimo de entusiasmo, energia, inconformismo, motivação e de verdade!

Nunca poderemos cair na tentação de iludir os Açorianos.

Deveremos sempre falar a verdade, mantendo um património muito importante do PS que não pode ser delapidado, nem trocado por outros interesses, e que permitirá reconquistar a confiança da maioria dos Açorianos.

Um partido que tem de reforçar a valorização dos seus autarcas, quer nos Municípios, quer nas Freguesias.

O PS/Açores é um partido de referência no Poder Local Açoriano. Milhares de Açorianos disponibilizaram-se para integrar as listas do Partido Socialista em sucessivas eleições autárquicas. Temos, hoje, uma geração de autarcas que concilia, de forma equilibrada e competente, experiência com juventude e rejuvenescimento.

É, assim, fundamental, reforçar a proximidade dos órgãos do PS/Açores aos nossos autarcas, estando presente, apoiando, ouvindo e reforçando o papel concelhio que as estruturas do PS podem e devem ter. O PS/Açores tem de ter uma estrutura disponível de apoio aos nossos autarcas, promovendo formação autárquica, apoio político, jurídico e administrativo permanente, qualificando a nossa participação política no Poder Local.

Os nossos autarcas são dos mais importantes patrimónios políticos do Partido Socialista, que devem ser apoiados.

O PS Açores é o que é e fez o que fez nos Açores também devido à nossa competente implantação local.

O Partido Socialista dos Açores tem um enquadramento estatutário e funcional bem desenhado.

Apesar disso, a normal evolução dos tempos e a experiência acumulada levam-nos a contribuir para as alterações necessárias que reforcem o caminho de modernização interna, no reforço da participação política e da qualificação da democracia interna.

Desta forma, cabe-nos implementar um conjunto de medidas internas que consolidem esse caminho, desde logo com o reforço do uso dos novos meios tecnológicos.

O reforço do princípio da paridade de género, quer a nível dos órgãos do Partido, quer no que concerne às candidaturas do PS/A às diversas eleições para os órgãos institucionais de representação política;

Tendo em conta o princípio republicano da transitoriedade dos cargos de carácter executivo, designadamente ao nível dos órgãos concelhios e de ilha, através da consagração do princípio da limitação do número de mandatos consecutivos para determinados cargos no Partido, bem como prevendo limitações à acumulação de cargos executivos ao nível das diversas estruturas do PS/Açores;

A eleição direta do Presidente do PS/Açores tem-se revelado uma experiência positiva, ao nível da real participação dos militantes do Partido, com óbvios reflexos no reforço da sua legitimidade política, aconselhando assim que tal forma de designação deva ser alargada a outros órgãos executivos do PS/Açores, abrindo-se ainda a possibilidade de eleições primárias fechadas como forma de designação do primeiro candidato a propor pelo Partido às Câmaras Municipais;

É também fundamental intensificar a articulação e comunicação entre os Órgãos Regionais do Partido Socialista com os Órgãos de Ilha, Concelhias e Secções.

Reforçar os mecanismos de participação da sociedade civil na vida interna do Partido Socialista.

Incentivar o reforço da participação dos militantes nas tomadas de decisão, na elaboração e debate de propostas.

Reforçar a criação de plataformas de debate consultivas dos órgãos do PS, fomentando a ligação à sociedade civil e garantindo que o Partido Socialista se mantém sintonizado com os reais problemas das famílias, das empresas, das instituições e dos parceiros económicos e sociais da Região.

No caminho de modernização e de adaptação a novos modelos de funcionamento, mais ágeis, mais participativos e mais evoluídos, o Partido Socialista deve reafirmar-se como um Partido ao serviço dos jovens açorianos, onde a sua organização política de juventude tem um papel central.

Dar mais JS ao PS será sempre dar mais Juventude aos Açores.

O Partido Socialista Açores reafirma, assim, total disponibilidade e empenho na estreita colaboração com a Juventude Socialista Açores, uma organização de referência no panorama político regional, que deve preservar a sua autonomia e a sua agenda política própria, sempre com o propósito de envolver mais jovens açorianos na participação política, bem como em desenvolver todas as medidas necessárias que garantam melhorar a qualidade de vida dos jovens açorianos, nas suas diversas dimensões, onde o emprego, a qualificação e a fixação são fundamentais.

Felizmente, temos a Geração mais bem preparada e qualificada de sempre. Mas precisamos de ter, também, a geração mais realizada de sempre.

Para que isso seja possível o PS, em conjunto com a JS, têm o grande desafio geracional de estar perto dos jovens - ouvi-los, perceber as suas preocupações, as suas visões e as suas ideias e, com eles, adaptar-se às evoluções dos tempos e arranjar soluções conjuntas para garantir um conjunto de objetivos muito precisos.

Vivemos um tempo absolutamente extraordinário como consequência do aparecimento da crise pandémica que rapidamente resultou numa profunda crise económica e social.

Neste contexto, os jovens açorianos enfrentam enormes desafios.

Antes da crise económica e social que vivemos, alguns jovens já enfrentavam desafios à sua emancipação, materializados na especulação imobiliária e na precaridade laboral.

As questões emancipatórias, em domínios como a promoção do emprego e o direito à habitação, constituem o mínimo dos pilares no desenvolvimento local e regional, e igualmente elementos diferenciadores na hora dos jovens elegerem o seu local de fixação.

Hoje assistimos muitas vezes, a novas gerações que estudam, trabalham, fazem sacrifícios para se poderem qualificar, vendo depois defraudadas as suas expetativas no mercado de trabalho, assente na precaridade laboral e nos baixos rendimentos.

O PS/A e a JS/A constituirão uma frente comum unida e articulada no combate à precariedade, à criação de novas oportunidades e a um maior envolvimento dos jovens açorianos na definição do nosso futuro coletivo.

Os Açores que teremos daqui a 40 anos serão definidos pelos jovens de hoje. Temos a obrigação geracional de criar as condições necessárias para garantir que os jovens que estão hoje a qualificar-se, seja nos Açores, seja fora da Região, para aqui regressem, aqui se fixem, aqui constituam família, construam habitação, tenham o seu emprego e contribuam para uns Açores melhores!

E esse, em suma, é um dos mais importantes desígnios do Partido Socialista e da Juventude Socialista, que queremos realizar.

XVIII  **AÇORES**
CONGRESSO
REGIONAL

27, 28 e 29 de maio
HORTA